



EDITORIAL

Estuda quem pode

por *Martim Avillez Figueiredo*, Publicado em 21 de Julho de 2009

Estudar em Portugal é privilégio de ricos - ou melhor, ter liberdade para escolher o local onde estudar. Mas assegurar essa escolha, como sabe a esquerda esclarecida, é a tarefa mais importante dos estados

Esta não é a pergunta do milhão de dólares, mas quase: se a educação é prioridade de países que querem desenvolver-se, quem deve preocupar-se com ela? Os políticos através do Estado? Os pais de quem se quer educar? Organizações não governamentais? As próprias escolas? Esta pergunta é tanto mais valiosa quanto o número que se revela nesta edição: mais de 80% das famílias portuguesas não podem escolher a educação que querem para os filhos (só 13% dos alunos estudam em privados).

Ainda que os números em Portugal sejam apenas isso - números - mais vale olhá-los por cima do que contabilizá-los por baixo. Ora se mais de dois terços da população tem rendimentos entre os 5 mil e os 35 mil euros líquidos/ano, e o preço das escolas privadas é sempre superior a 5 mil euros/ano por filho, as despesas com educação representam, para as famílias portuguesas mais ricas (que ganham 35 mil euros/ano) cerca de 15% da liquidez disponível. Dois filhos, portanto, sugam 30% da liquidez anual de um casal. Cortar no ensino privado, por isso mesmo, surge como uma solução legítima. De sobrevivência.

Sucede que, como revela a Comissão Europeia, o ensino público português limita as escolhas à área de residência ou de trabalho. Se a escola pública da zona não prestar, paciência - sobra a alternativa (ilegal) de dar a morada da tia ou da prima. Ou seja, mesmo que o ensino público fosse excelente - poupando o esforço de investir no privado -, as famílias não podem escolher as melhores escolas públicas - têm de se contentar com as que estão perto de casa ou do trabalho. Isto conduz a uma conclusão devastadora - apenas os muito ricos têm verdadeira liberdade de escolha no que respeita à educação dos filhos. Só eles podem optar pela boa escola pública (no caso de viverem ou trabalharem perto de uma) ou, estando longe, optar pela privada. Repare-se: se uma escola pública é melhor num bairro e pior noutro (o que é normal), o problema não se resolve por, simplesmente, permitir que um aluno de um bairro estude num outro. Quem o transporta até lá? Os Estados Unidos da América, por exemplo, gastam 15 biliões de dólares nos autocarros amarelos que vemos nos filmes. O assunto é sério.

Julian Le Grand concluiu que a melhor forma de resolver o problema da educação é concentrando esforços na possibilidade de escolha (no lado da procura) e estimulando a concorrência (na oferta). Escolas em competição, portanto, e alunos a decidir onde preferem estudar. Não é uma ideia neoliberal, é a esquerda moderna a pensar - dando verdadeiro corpo ao seu princípio fundador: aumentar a liberdade (genuína) de escolha. Para todos.

O problema do pensamento igualitário de alguma esquerda portuguesa é que não potencia liberdade de escolha genuína - não entende que não basta ser público para ser bom - nem vê todas as dimensões deste problema. Hoje, no Zoom (ver edição papel), mergulhamos neste desafio.

Imprimir

Fechar
